Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Nacional;

Excelentíssimo Senhor Primeiro-ministro e Chefe do Governo

Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça

Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Contas

Excelentíssima Senhora Ministra da Justiça

Excelentíssimo Senhor Bastonário da Ordem dos Advogados

Excelências

Distintos Convidados

Senhoras e Senhores

**É a terceira vez que tenho a honra de presidir a esta cerimónia solene de abertura do ano judicial.**

**Ano após ano reunimo-nos aqui para cumprir este cerimonial que marca o início de um novo ano de trabalho num sector de primordial importância para o país.**

**Mas esta cerimónia não pode e, sobretudo, não deve ser apenas um mero ritual cheio de formalidade mas vazio de conteúdo e sem consequências concretas.**

**Não podemos continuar, ano após ano, a fazer desta cerimónia um mero somatório de palavras que se esgotam em si próprias e que pouco ou nada produzem na realidade da justiça santomense.**

**Este é um erro em que não podemos continuar a persistir sob pena de aumentar ainda mais a desconfiança dos cidadãos e do povo nas suas instituições e no Estado.**

**Não tenhamos dúvidas que a forma como funciona o sector da justiça em São Tomé e Príncipe é fundamental para que essa relação de confiança não se quebre definitivamente.**

**A chamada crise da justiça que persiste, sem fim à vista, mina um dos pilares essenciais do regime democrático.**

**A realização da justiça é um pressuposto básico para qualquer Estado de Direito assente no princípio fundamental segundo o qual todos os cidadãos são iguais perante a lei.**

**O irregular funcionamento do sector da justiça alimenta a insegurança dos cidadãos, afecta a credibilidade de todos os operadores judiciários e põe em causa o combate pelo desenvolvimento em que todos deveríamos estar envolvidos.**

**Realizar a justiça não é apenas o exercício de uma função essencial do Estado nas sociedades modernas.**

**A forma como, em concreto, se realiza a justiça é um verdadeiro barómetro sobre os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos com consequências directas na credibilidade interna e externa de qualquer Estado.**

**Para um Estado como São Tomé e Príncipe a sua credibilidade é uma questão de vital importância para o seu desenvolvimento e como tal deve ser encarada devido às consequências que tem nos mais variados domínios, nomeadamente e principalmente, a nível económico e social.**

**Um Estado em que a justiça funciona mal é um estado amputado de uma das suas dimensões mais estruturantes nos dias de hoje, uma vez que é através da boa administração da justiça que é possível promover um sistema de valores, direitos e deveres, próprio de uma democracia baseada na liberdade e igualdade entre os cidadãos.**

**Um Estado em que a justiça não desempenha o seu papel é um estado incapaz de assegurar o seu papel regulador nas relações económicas e sociais.**

**Para um país como São Tomé e Príncipe que pretende progredir e não ficar a marcar passo, esta é uma situação insustentável e que, por isso, é necessário, de uma vez por todas, colocar um ponto final.**

**É necessário ter a frontalidade de dizer, nesta cerimónia solene, que, quando se torna imperioso acelerar o desenvolvimento, esta persistente situação de crise na justiça tem custos incomportáveis para o país e, sobretudo, para as largas camadas da população que sofrem o flagelo da pobreza e que aspiram a melhores condições de vida.**

**Queria a este propósito dizer o seguinte.**

**A independência dos tribunais e dos operadores judiciários, consagrada constitucionalmente, é um factor decisivo e fundamental na administração da justiça mas essa independência não se pode confundir com ausência de responsabilidade ou de prestação de contas perante o povo.**

**Recordo a este propósito, e mais uma vez, o que diz o número um do artigo cento e vinte da nossa constituição, “Os tribunais são órgãos de soberania com competência para administrar a justiça em nome do povo”.**

**Ao administrarem a justiça em nome do povo os tribunais e as instituições do sistema de justiça não podem eximir-se, através dos seus órgãos próprios, a prestar contas a esse mesmo povo em nome do qual administram a justiça.**

**Recordo a esse propósito o que afirmei aqui perante vós na abertura do ano judicial em 2012.**

**“É em nome do povo e na salvaguarda da independência dos tribunais que os órgãos próprios e de auto-regulação do sector devem manter permanentemente informada a opinião pública acerca do seu trabalho e sejam capazes, sem qualquer tipo de preconceito corporativista de separar o trigo do joio porque, como em todos os sectores da sociedade, também na justiça, existem bons e maus profissionais e tal deve ser encarado com naturalidade e não como uma fatalidade”.**

**Dizia eu então e é bom recordá-lo hoje que “Quando se questiona permanentemente a credibilidade e transparência e, sobretudo, o eficaz funcionamento do nosso sistema de justiça fica irremediavelmente comprometida a relação de confiança entre os cidadãos em geral e o Estado, fica em crise o rigor e a segurança do comércio jurídico para os diversos agentes económicos, tudo com um impacto profundamente negativo na confiança entre os parceiros internacionais e São Tomé e Príncipe”.**

**Desde então permitam-me que pergunte o que é que foi feito para inverter este estado de coisas no sector da justiça no sentido de promover, a transparência, a eficácia e o escrutínio da legalidade dos seus actos ou das consequências das suas omissões.**

**Nos últimos dois anos alertei pedagogicamente para a necessidade de se iniciar, através de uma cultura de cooperação e de diálogo construtivo, uma reforma estrutural no sector que responda às exigências dos cidadãos e que possibilite uma verdadeira mudança no actual estado da justiça.**

**Afirmava no ano passado e é bom recordá-lo hoje ser “possível com os nossos parceiros e com os instrumentos aos nosso dispor nas organizações internacionais de que fazemos parte, nomeadamente no âmbito da CPLP, iniciar um processo reformista, quer no plano institucional quer na modernização do quadro legal que coloque ao serviço dos operadores judiciários as condições e os instrumentos necessários para aumentar a sua eficácia no combate à criminalidade”.**

**Tal como então, hoje é possível afirmar de novo que São Tomé e Príncipe precisa, mais do que nunca, de um sistema judiciário ao serviço do seu desenvolvimento económico, credível e transparente, e que transmita confiança aos cidadãos e agentes económicos nacionais e estrangeiros.**

**Esse sistema judiciário que o país reclama só é possível concretizá-lo, como tenho afirmado, através de uma reforma estrutural e profunda que não pode continuar a ser permanentemente adiada com recurso aos mais diversos alibis.**

**Trata-se de uma questão crucial para o desenvolvimento do país e, como a experiência dos últimos anos tem demonstrado, só será possível realizá-la através do diálogo e dos mais amplos consensos possíveis em democracia.**

**No que respeita ao poder político esta é uma responsabilidade que não é exclusiva de quem exerce o poder.**

**É uma responsabilidade de quem está no governo e na oposição porque neste domínio, tão estruturante para o desenvolvimento do país, é necessário um compromisso que ultrapasse os ciclos eleitorais e os interesses conjunturais e que, dessa forma, permita vencer as resistências e os obstáculos que têm adiado a tão reclamada reforma da justiça.**

**Estou firmemente convicto que só dessa forma será possível realizar uma verdadeira mudança no sector da justiça, nesta ou na próxima legislatura.**

**O interesse nacional exige assim que este compromisso para reformar a justiça seja tido em conta, através do debate de ideias e de soluções, nas eleições que o país vai realizar este ano.**

**Excelências**

**Senhoras e Senhores**

**Ao terminar esta minha intervenção quero dirigir uma saudação especial a todos os operadores judiciários, Juízes magistrados do Ministério Público, Advogados, Solicitadores, Oficiais de Justiça e demais funcionários que diariamente se dedicam a este sector de primordial importância para o país.**

**Neste início do novo ano judicial não poderia deixar de sublinhar a importância das funções que desempenham em circunstâncias muitas vezes difíceis e longe do que seria desejável.**

**Quero apelar ao vosso sentido de responsabilidade e desejar-vos bom trabalho e sucesso no desempenho da vossa missão porque o vosso sucesso será também o sucesso do país.**

**Muito obrigado pela vossa atenção**